

1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 4, de 8 de maio de 2023;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução CAS nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BOSCO GOMES SARAIVA

PORTARIA SUFRAMA Nº 1.642, DE 4 DE OUTUBRO DE 2024

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa METALFINO DA AMAZONIA LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 11, § 3º, nos termos do Parecer de Engenharia nº 130/2024/CAPI/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 135/2024/CAPI/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.007301/2024-37, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa METALFINO DA AMAZÔNIA LTDA., CNPJ: 04.414.488/0001-54 e Inscrição SUFRAMA: 20.0110.35-7, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 130/2024/CAPI/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 135/2024/CAPI/CGPRI/SPR, para produção de SUBCONJUNTO PEDAL DE APOIO PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS, código SUFRAMA 1605, recebendo os benefícios fiscais previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme Parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 171, de 1º de julho de 2016;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BOSCO GOMES SARAIVA

PORTARIA SUFRAMA Nº 1.643, DE 4 DE OUTUBRO DE 2024

Aprova o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa EARTH RENEWABLE TECHNOLOGIES BR LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, § 3º, os termos do Parecer de Engenharia nº 127/2024/CAPI/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 134/2024/CAPI/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.007215/2024-24, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa EARTH RENEWABLE TECHNOLOGIES BR LTDA., CNPJ: 39.145.574/0002-74, Inscrição SUFRAMA: 22.0128.14-6, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 127/2024/CAPI/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 134/2024/CAPI/CGPRI/SPR, para produção de COMPOSTO TERMOPLÁSTICO DE RESINA EXTRUDADO (APRESENTADO NA FORMA DE GRÂNULOS), código SUFRAMA 2307, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme Parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a qual se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pelo Decreto nº 783/93, Anexo VII;

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 867, DE 7 DE OUTUBRO DE 2024

Publica os objetivos estratégicos e intermediários, os indicadores e as metas para o alcance dos resultados institucionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para o exercício de 2024.

A PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, nomeada por meio da Portaria nº 187, de 01 de janeiro de 2023, da Casa da Civil da Presidência da República, e no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 17 do Anexo I do Decreto nº 11.196, de 13 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Publicar o painel de indicadores estratégicos do FNDE e definir metas globais para o exercício de 2024, conforme ANEXO I.

§1º Retificar o indicador 5.1 e incluir o indicador 9.2 da Diretoria de Administração (DIRAD) definidos na Portaria nº 466, de 10 de agosto de 2023.

§2º O painel de gestão de indicadores e metas do FNDE tem a finalidade de demonstrar os resultados para o alcance de cada objetivo estratégico.

§3º As metas estratégicas têm por objetivo:

I. Definir o padrão de desempenho esperado de cada indicador em determinado período de apuração dos resultados; e

II. Estabelecer critério para percepção da Gratificação de Desempenho de Atividades de Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais (GDAFE), e da Gratificação de Desempenho de Atividade do Plano Especial de Cargos do FNDE (GDPFNDE), no âmbito desta autarquia, com incidência de apuração para o exercício de 2024, nos termos do Decreto nº 7.133/2010 e Portaria MEC nº 1.073/2010.

Art. 2º Publicar a retificação e inclusão de metas intermediárias do Painei de indicadores definidas na Portaria nº 706, de 31 de outubro de 2023, conforme ANEXO II.

§1º Retificar as nomenclaturas de objetivos intermediários, indicadores e metas das seguintes Unidades organizacionais:

I. Diretoria de Ações Educacionais (DIRAE): indicadores 2.3.01, 2.3.02 e 2.3.04 e metas;

II. Diretoria de Tecnologia e Inovação (DIRTI): objetivo intermediário 6.3 e os indicadores 6.3.01 e 11.3.01;

III. Diretoria de Administração (DIRAD): objetivo intermediário 4.5 e os indicadores 4.5.01, 5.1.01 e 9.2.01;

IV. Diretoria Financeira (DIFIN): excluir o indicador 12.5.01 e reclassificar a numeração dos índices do objetivo intermediário 12.5; e

V. Procuradoria Federal (PF-FNDE): indicador 4.1.01.

§2º Incluir objetivos intermediários, indicadores e metas na seguinte Unidade organizacional:

I. Diretoria de Administração (DIRAD): objetivos intermediários 5.3 e 5.4; indicadores 4.5.02, 5.3.01, 5.4.01 e 5.4.02 e metas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO CARNEIRO PACOBAHYBA



II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução CAS nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BOSCO GOMES SARAIVA

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 996, DE 7 DE OUTUBRO DE 2024

Redistribui Cargo de Direção da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - Ufape para a Universidade Federal de Rondonópolis - UFR.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando o disposto no art. 1º, § 3º, da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, resolve:

Art. 1º Fica redistribuído, da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - Ufape para a Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, um Cargo de Direção, código CD-04.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

DESPACHOS DE 7 DE OUTUBRO DE 2024

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e conforme os fundamentos aduzidos no Parecer nº 00940/2024/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 23 de setembro de 2024, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, homologo o Parecer CNE/CES nº 405/2024, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação dos estudos realizados por Joelma Aparecida dos Santos, no curso superior de Pedagogia, licenciatura, no período de 2006 a 2008, ministrado pela Faculdade Ceres - Faceres, com sede no município de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, mantida pela Anbar Ensino Técnico e Superior Ltda., com sede no mesmo município e estado. Ainda, diante do ocorrido, notifico a Faceres para rever seu processo de matrícula e documentação, com a responsabilidade que o ato de matrícula requer, conforme consta do Processo nº 23000.008871/2024-52.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e conforme os fundamentos aduzidos no Parecer nº 00941/2024/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 23 de setembro de 2024, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, homologo o Parecer CNE/CES nº 391/2024, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação dos estudos realizados por Rodrigo José Rosa, no curso superior de Engenharia de Controle e Automação, bacharelado, no período de 2004 a 2013, ministrado pelo Centro Universitário Braz Cubas, com sede no município de Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo, mantido pela Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda., com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23001.000459/2024-84.

Nos termos do art. 2º, da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e conforme os fundamentos aduzidos no Parecer nº 00896/2024/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 11 de setembro de 2024, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, homologo o Parecer CNE/CES nº 262/2024, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação dos estudos realizados por José Otávio Almeida Anacleto, no curso superior de Engenharia Mecânica, bacharelado, no período de 2022 a 2023, na modalidade a distância, ministrado no polo Faculdade Capixaba da Serra, no estado do Espírito Santo, pela Faculdade Multivix Serra, com sede no município de Serra, no estado do Espírito Santo, mantida pela Multivix Serra - Ensino Pesquisa e Extensão Ltda., com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23001.000212/2024-68.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e conforme os fundamentos aduzidos no Parecer nº 00916/2024/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 17 de setembro de 2024, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, homologo o Parecer CNE/CES nº 267/2024, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação dos estudos realizados por Cleverson Eduardo de Carvalho Rocha, no curso superior de Educação Física, bacharelado, no período entre 2020 e 2023, na modalidade a distância, ministrado no polo São Paulo XXIII - Anchieta, no estado de São Paulo, pela Universidade Paulista - Unip, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pela Assupero Ensino Superior Ltda., com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23001.000255/2024-43.

Nos termos do art. 2º, da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e conforme os fundamentos aduzidos no Parecer nº 00946/2024/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 23 de setembro de 2024, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, homologo o Parecer CNE/CES nº 389/2024, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação dos estudos realizados por Leandro Rigo, no curso superior de tecnologia em Logística, no período de 2019 a 2021, na modalidade a distância, ministrado no polo Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul, pela Universidade Cruzeiro do Sul - Unicsul, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pelo Cruzeiro do Sul Educacional S.A., com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23001.000428/2024-23.

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA  
Ministro

ANEXO I

PAINEL DE INDICADORES E METAS GLOBAIS DO FNDE

Exercício 2024

Nº	OBJETIVO ESTRATÉGICO	Nº	INDICADOR	RESPONSÁVEL	META 2024
1	Contribuir com o financiamento e a assistência técnica em prol da equidade, com padrões de qualidade	1.1	Índice de alcance das ações e programas educacionais	DIRAE	80%
		1.2	Índice de otimização da assistência técnica referente a obras do Plano de Ações Articuladas - PAR	DIGAP	60%
2	Promover a execução qualificada e íntegra das ações, programas e projetos educacionais	2.1	Percentual de atendimento relacionado à assistência técnica dos Programas Suplementares, Bolsas e Auxílios	DIGEF	85%
		2.2	Índice de atendimento tempestivo das demandas externas referente as ações e programas educacionais	DIRAE	80%
3	Prover o Financiamento Estudantil	3.1	Taxa de adesão ao financiamento estudantil	DIGEF	60%
4	Sistematizar práticas de Governança Pública, gestão de riscos e controles internos	4.1	Taxa de implementação do projeto de sistematização de governança	PRESI	45%
		4.2	Taxa de implementação da gestão de riscos	PRESI	30%
		4.3	Índice de apropriação dos trabalhos de auditoria	AUDIT	53%
		4.4	Índice de atendimento a demandas judiciais e de órgãos de controle referentes ao Fundeb e Salário-Educação	DIGEF	85%
		4.5	Taxa de implementação de governança das aquisições	DIRAD	85%
5	Integrar ações e processos	5.1	Eficiência de processos internos	DIRAD	85%
		5.2	Taxa de incremento de ações apoiadas pelo Registro de Preços Nacional	DIRAD	85%
6	Disponer de informações qualificadas para tomada de decisão	6.1	Taxa de implementação do projeto de governança de dados	PRESI	65%
		6.2	Taxa de implementação do projeto de monitoramento integrado	PRESI	60%
7	Ampliar o alcance das ações de comunicação	7.1	Índice de atendimento ao público externo (Ouvidoria/SIC/Atendimento Institucional e atendimento a parlamentares)	PRESI	95%
		7.2	Índice de alcance das ações de comunicação	PRESI	100%
8	Promover a inovação e a gestão do conhecimento	8.1	Índice de implementação do programa de inovação	PRESI	50%
		8.2	Índice de implementação da gestão do conhecimento	PRESI	60%
9	Desenvolver capacidades humanas aos desafios institucionais	9.1	Índice de ações voltadas a adequação da força de trabalho	DIRAD	50%
		9.2	Índice de ações executadas para o início da implementação do Sistema de Gestão por Competências	DIRAD	30%
10	Tornar o FNDE um órgão atrativo para trabalhar	10.1	Índice de ações voltadas a melhoria da qualidade de vida da força de trabalho	DIRAD	75%
		10.2	Índice de ações voltadas à melhoria do ambiente físico do FNDE	DIRAD	85%
11	Promover a transformação digital e a cultura de dados no FNDE	11.1	Índice de prioridade e execução das ações do PDTIC	DIRTI	60%
12	Fortalecer a eficiência orçamentária e financeira	12.1	Índice de Execução Orçamentária	DIFIN	94%

ANEXO II

PAINEL DAS METAS INTERMEDIÁRIAS DO FNDE

Nº	OBJETIVO INTERMEDIÁRIO	Nº	INDICADOR	RESPONSÁVEL	META 2024
1.1	Gerir o financiamento da Educação básica	1.1.01	Índice de atendimento às demandas internas e externas.	DIGEF	90%
1.2	Gerenciar ações de financiamento e assistência técnica no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR) com equidade, qualidade e eficiência.	1.2.01	Índice de monitoramento dos Termos de Compromisso demandados envolvendo iniciativas relativas a obras de infraestrutura escolar e equipamentos e mobiliários da educação infantil.	DIGAP	80%
		1.2.02	Índice de atendimento das demandas de obras recebidas no âmbito do PAR, delegadas pela DIGAP.		70%
		1.2.03	Índice de demandas de execução orçamentária e financeira, e pactuação de instrumentos, no âmbito do PAR.		80%
		1.2.04	Índice de atendimento das demandas recebidas da DIGAP para análise, no âmbito do PAR Genérico.		75%
		1.2.05	Índice de atendimento tempestivo das demandas para tomada de decisão		80%
2.1	Prover alimentação escolar e educação alimentar e nutricional nas escolas	2.1.01	Índice de alcance do PNAE	DIRAE	95%
2.2	Distribuir livros didáticos, acervos bibliográficos para escolas	2.2.01	Índice de alcance dos Programas do Livro	DIRAE	80%
2.3	Melhorar infraestrutura física e pedagógica das escolas	2.3.01	Percentual de escolas atendidas pelo PDDE	DIRAE	86%
		2.3.02	Percentual de escolas com UEx		88%
		2.3.03	Índice de atendimento tempestivo das demandas externas		100%
		2.3.04	Percentual de escolas com cadastro atualizado no PDDEweb		75%
2.4	Prover transporte escolar de qualidade para o acesso de alunos às escolas	2.4.01	Executar ações de suporte técnico necessário para o PNATE e o Programa Caminho da Escola.	DIRAE	70%
		2.4.02	Gerenciar as ações do PNATE e do Programa Caminho da Escola.		75%
		2.4.03	Liberar recursos financeiros para atendimento do PNATE e o Caminho da Escola.		80%
3.1	Gerir o Fundo de Financiamento Estudantil	3.1.01	Índice de participação das reuniões do Comitê Gestor do FIES.	DIGEF	80%
		3.1.02	Taxa de atendimento das demandas recepcionadas pela unidade dentro do prazo estabelecido.		75%



4.1	Fortalecer a atividade correcional do FNDE	4.1.01	Taxa de fortalecimento de atividade correcional	COGER	40%
		4.1.02	Normativos e processos		30%
		4.1.03	Taxa de capacitação		30%
4.1	Prestar serviços de advocacia pública ao FNDE.	4.1.01	Índice de atendimento, dentro do prazo estabelecido internamente, das demandas encaminhadas à Procuradoria	PF-FNDE	85%
4.2	Contribuir na prevenção de atos ilícitos	4.2.01	Ações de prevenção	COGER	50%
4.3	Acompanhar o atendimento às diligências e recomendações dos órgãos de controle	4.3.01	Analisar as recomendações em monitoramento	AUDIT	75%
4.5	Governança das aquisições	4.5.01	Índice de ações de otimização do Plano Anual de Contratação	DIRAD	85%
		4.5.02	Promover a Transparência das Contratações		85%
5.1	Gerir a eficiência nos processos internos	5.1.01	Assegurar a instrução tempestiva dos processos de pagamento e de apuração da responsabilidade de empresas participantes das licitações	DIRAD	85%
5.1	Gerir ações que promovam o fortalecimento da governança corporativa, da assistência técnica e da inovação	5.1.01	Aprimorar as ações de atendimento ao público interno e externo, as estratégias de comunicação, bem como promover a inovação e gestão do conhecimento.	GABIN	85%
5.2	Incrementar ações apoiadas pelo Registro de Preços Nacional	5.2.01	Índice de incremento das ações apoiadas relativas às compras nacionais para educação	DIRAD	85%
5.3	Atender o planejamento das compras nacionais para a educação	5.3.01	Taxa de documentos finalizados que são viáveis	DIRAD	50%
5.4	Gerenciar ações e sistemas para o atendimento às Atas de Registros de Preços e controle de qualidade	5.4.01	Prazo de atendimento das solicitações de Registro de Preço Nacional	DIRAD	50%
		5.4.02	Taxa de documentos de controle de qualidade elaborados e viáveis		50%
6.1	Gerenciar e controlar as informações.	6.1.01	Índice de informações prestadas tempestivamente	DIFIN	90%
6.1	Gerir a execução técnica e financeira dos Programas.	6.1.02	Índice de atendimento as demandas de assistência técnica e financeira	DIGEF	85%
6.3	Definir, revisar e publicar as políticas de segurança da informação e governança de Dados	6.3.01	Índice de elaboração e/ou revisão das políticas de segurança e governança de Dados	DIRTI	100%
7.1	Gerir o atendimento institucional	7.1.01	Índice da capacidade de atendimento ao público externo	GABIN	95%
7.2	Gerir a comunicação e o relacionamento institucional.	7.2.01	Índice de execução das ações de comunicação	GABIN	85%
8.1	Promover a gestão do conhecimento	8.1.01	Índice de reestruturação do projeto "Formação pela Escola"	GABIN	30%
8.2	Otimizar a gestão documental	8.2.01	Índice de implementação das ações de gestão documental	DIRAD	55%
9.1	Implementar o Programa de dimensionamento da força de trabalho	9.1.01	Índice de aplicação do dimensionamento da força de trabalho no âmbito do FNDE	DIRAD	60%
9.2	Identificar e preservar as competências essenciais e específicas dos servidores	9.2.01	Índice de ações executadas para o início da implementação do Sistema de Gestão por Competências	DIRAD	40%
9.3	Estimular o compromisso do servidor com sua qualificação permanente	9.3.01	Índice de atualização dos normativos referentes à política de capacitação	DIRAD	70%
10.1	Promover a política de valorização e um ambiente emocional e laboral saudável	10.1.01	Índice de execução de ações voltadas para valorização e ambientação dos servidores.	DIRAD	70%
10.2	Executar ações para melhoria do ambiente físico do FNDE	10.2.01	Índice de execução do ambiente físico e da logística do FNDE	DIRAD	85%
11.2	Implantar plataforma corporativa de dados	11.2.01	Índice de implantação da plataforma corporativa de dados	DIRTI	100%
11.3	Sustentar, modernizar e aprimorar os sistemas legados e a infraestrutura de Tecnologia da Informação	11.3.01	Índice de sistemas migrados para plataforma Openshift e/ou para o RHSSO	DIRTI	100%
11.8	Otimizar recursos e serviços de Tecnologia da Informação	11.8.01	Índice de conclusão de planejamento de contratações críticas	DIRTI	100%
12.1	Gerir a administração financeira	12.1.01	Índice de execução de transferência de recursos	DIFIN	85%
		12.1.02	Índice de execução da programação financeira		87%
		12.1.03	Índice de revisão para execução financeira de solicitações não automatizadas		88%
12.2	Gerir o planejamento e orçamento	12.2.01	Índice de gestão do orçamento institucional	DIFIN	95%
		12.2.02	Índice de análise e planejamento orçamentário		95%
12.3	Gerir a contabilidade do FNDE	12.3.01	Índice de eficiência na realização de conformidade contábil	DIFIN	100%
12.4	Gerir a prestação de contas dos programas e projetos educacionais	12.4.01	Índice de prestações de contas alcançadas por proposta técnica de solução baseada em gestão risco	DIFIN	50%
12.5	Gestão a recuperação de créditos	12.5.01	Índice de atendimento as unidades internas, órgãos externos e sociedade	DIFIN	90%
		12.5.02	Índice de valores inscritos em conta controle no SIAFI em função da adoção de medidas de exceção		80%
		12.5.03	Índice de valores inscritos em conta controle no SIAFI em função do Parcelamento		80%

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

RETIFICAÇÃO

A Portaria nº 393, de 30 de setembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2024, Edição Extra, Seção 1, passa a vigorar conforme segue, permanecendo inalteradas as demais disposições:

Na ementa e no art. 1º, onde se lê: "4 de setembro de 2024", leia-se: "2 de setembro de 2024".

No preâmbulo, onde se lê: "O PRESIDENTE SUBSTITUTO ...", leia-se: "O PRESIDENTE ...".

No Anexo,  
onde se lê: "CTICD", leia-se: "CETIC";  
onde se lê: "CGGA", leia-se: "CGRL"; e  
onde se lê: "CPPEPT", leia-se: "CPPAAPT".

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 407, DE 7 DE OUTUBRO DE 2024

O DIRETOR DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso das atribuições estabelecidas no Art. 3º da Portaria nº 77, de 06 de fevereiro de 2023, resolve:

Art. 1º Excluir os docentes listados no Anexo I desta Portaria do Banco de Avaliadores do Sinaes, com base no inciso III, do § 5º, do Art. 12 da Portaria nº 77 de, 06 de fevereiro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ULYSSES TAVARES TEIXEIRA

ANEXO I

CPF	Nome
***.603.784-**	AARAO LYRA
***.167.675-**	ABIDERMAN LIMA DE MOURA
***.788.168-**	ABIGAIL FREGNI LINS
***.622.807-**	ACACIO PONTES CALLIM
***.001.429-**	ACIR MÁRIO KARWOSKI
***.452.523-**	ADAIL AFRANIO MARCELINO DO NASCIMENTO
***.998.806-**	ADALBERTO MATOSKI
***.576.188-**	ADAURI BREZOLIN

***.592.804-**	ADEILTON FERNANDES DA COSTA
***.091.323-**	ADELIA DALVA DA SILVA OLIVEIRA
***.527.691-**	ADELINO CANDIDO PIMENTA
***.301.245-**	ADELMO RIBEIRO DE JESUS
***.294.055-**	ADELZIRA SOUZA AFONSO
***.263.228-**	ADEMAR ALVES DOS SANTOS
***.660.480-**	ADEMAR CORDERO
***.143.374-**	ADEMAR GONÇALVES DA COSTA JUNIOR
***.554.998-**	ADEMIR DE MARCO
***.222.620-**	ADEMIR GOULART
***.396.009-**	ADERBAL SILVA AGUIAR JUNIOR
***.694.101-**	ADILSON DA COSTA FILHO
***.803.069-**	ADILSON FERNANDES DA CRUZ
***.847.536-**	ADILSON RALF SANTOS
***.737.808-**	ADILSON ROCHA
***.659.822-**	ADIRLEIDE GREICE CARMO DE SOUZA
***.090.569-**	ADLEY FORTI RUBIRA
***.088.187-**	ADONAI JOSÉ LACRUZ
***.273.703-**	ADONAY RODRIGUES LOIOLA
***.073.355-**	ADRIANA ANDRADE CARVALHO
***.072.570-**	ADRIANA APARECIDA PAZ
***.785.326-**	ADRIANA CARDOSO DA SILVA
***.588.174-**	ADRIANA CAVALCANTI DOS SANTOS
***.744.779-**	ADRIANA DE ARAUJO
***.520.196-**	ADRIANA DE SOUZA MEDEIROS BATISTA
***.545.324-**	ADRIANA DI MARTELLA ORSI
***.374.236-**	ADRIANA MACHADO SIMÕES
***.734.318-**	ADRIANA MARCHI
***.334.917-**	ADRIANA MARIA RAMOS OLIVEIRA
***.952.139-**	ADRIANA MARY MESTRINER FELIPE DE MELO
***.471.547-**	ADRIANA MOREIRA ALVES
***.825.495-**	ADRIANA MORENO COSTA SILVA
***.560.716-**	ADRIANA NADAES
***.597.144-**	ADRIANA PAULA BRAZ DE SOUZA
***.933.683-**	ADRIANA PAULA DA SILVA AMORIM
***.301.100-**	ADRIANA PORTO
***.536.568-**	ADRIANA RODRIGUES
***.151.071-**	ADRIANA RODRIGUES DA SILVA
***.709.793-**	ADRIANA SANTOS DA SILVA
***.860.119-**	ADRIANA TEREZINHA JACOBSEN MELLO
***.101.278-**	ADRIANA VITORINO ROSSI

